

DE PECADORES A SABEDORES: AGENTES DE *-DOR* NO LIVRO DAS AVES

Juliana Soledade (UFBA)

1 APRESENTAÇÃO

Na perspectiva da morfologia construcional, com Booij (2014), podemos entender que esquemas representam generalizações sobre conjuntos de palavras existentes, permitindo, por analogia, a criação e recepção de novos itens lexicais. Dessa forma, uma palavra complexa acaba por ser uma instanciação do esquema ao qual se relaciona sub-hierarquicamente, herdando informações desse esquema. Por outro lado, uma palavra complexa também herda informações da palavra base. Muito embora essa reflexão tenha permanecido como uma obviedade ao longo dos estudos morfológicos, pouco se investigou acerca das relações de herança em palavras complexas.

Dessa forma, esse estudo pretende enveredar nos meandros da semântica cognitiva, buscando, em dados do português arcaico, observar questões de herança e motivação envolvendo o esquema construcional de agentivos em *-dor*, a saber: $[[X]_{vi} DOR]_{Nj} \leftrightarrow [Agente\ envolvido\ em\ SEM_i]_j$.

O sufixo *-dor* atualmente apresenta, em língua portuguesa, uma rede polissêmica bastante ampla, sendo identificados pelos estudiosos ao menos três sentidos gerais, pois além do valor agentivo, instanciações em *-dor* podem ainda ser encontradas com sentido de objeto e de local. Há autores que propõem desdobramentos dessa rede, ao que se pode alcançar até oito deslocamentos semânticos, a saber: 1) agente profissional; 2) agente frequentativo; 3) agente experienciador; 4) agente qualificativo; 5) objeto/agente autônomo; 6) objeto/agente instrumental; 7) objeto/local; 8) locativo.

Em estudos prévios sobre a sufixação no português arcaico, Soledade (2005) verificou que apenas alguns dos recursos semânticos disponibilizados pelo esquema do sufixo *-dor* estavam ativos naquele período. Por exemplo, objetos/agentes não foram detectados no *corpus* então analisado. Com vistas a aprofundar a análise sobre o sufixo *-dor* nos primórdios da língua portuguesa, foi feito o levantamento de todas as ocorrências de palavras complexas com esse sufixo no *Livro das Aves* (século XIV), ao que se obteve um total de 36 ocorrências, que foram confrontadas com dados retirados

dos dicionários latinos. Acerca dessas ocorrências buscamos analisar as possíveis implicações dos significados das bases verbais sobre as informações que a palavra complexa incorporou. Por ser um texto de natureza dogmática, sendo referido como um tratado moral, as palavras complexas com o sufixo *-dor* ali encontradas apresentam predominantemente o caráter agentivo frequentativo ou experienciador.

É objetivo deste trabalho, assim, introduzir o olhar sobre a rede de opções semânticas que o esquema geral $[[X]_{vi} dor]_N$ sanciona e quais as implicações de herança da base estão relacionadas a possíveis expansões semânticas do esquema.

2 HERANÇA E MOTIVAÇÃO: DUAS PERSPECTIVAS

Nessa nossa introdução às reflexões sobre herança e motivação tomaremos como ponto de partida dois artigos que consideramos fundamentais: *Associatividade e estratificação na representação das palavras construídas* (*Associativité et stratification dans la représentation des mots construits*), de Danielle Corbin (1990), e *Herança e motivação em morfologia construcional* (*Inheritance and motivation in Construction Morphology*), de Geert Booij (2014).

Ambos partem de uma premissa básica comum, considerando que existem dois tipos de herança, uma que reside na relação entre palavra complexa e a regra (CORBIN, 1990) ou o esquema (BOOIJ, 2014) ao qual está vinculada e outra que se estabelece na relação entre a palavra complexa e a palavra base.

Para Booij (2014), o léxico de uma língua pode ser esboçado de tal modo que esquemas abstratos de formação de palavras dominem suas instanciações particulares. Então, o léxico é parcialmente concebido como uma rede hierárquica na qual nódulos inferiores, i.e., as palavras complexas existentes, podem assumidamente herdar informação dos nódulos mais dominantes. Então, há uma relação vertical entre o esquema de formação de palavra e a palavra complexa. Assim, segundo Booij (2014), um esquema de formação de palavras tem duas funções: especificar como novas palavras podem ser criadas, e motivar o seu significado.

Por sua vez, a informação concernente à palavra derivada está também relacionada àquela da palavra base. O significado de *eater* (*comedor*) é parcialmente um reflexo do significado de *to eat* (*comer*). Isso implica que herança não é somente uma relação entre o esquema abstrato e a palavra complexa, mas também entre a palavra complexa e a sua

base. O primeiro tipo de relação é de instanciação, o segundo é a relação subparte. Isso implica que a informação concernente à palavra complexa pode ser herdada de mais de uma fonte, isto é, há múltipla herança.

Booij (2014), problematizando o conceito de herança padrão de Bouma (1993), irá descrevê-la como o conjunto propriedades herdadas de um esquema construcional, ou seja, todas as propriedades não anuláveis (fonológicas, sintáticas e semânticas / PHON, SYN, SEM) que um esquema lega a um conjunto de palavras complexas a ele relacionado.

Contudo, ele assume que as únicas propriedades dos esquemas de formação de palavras que são absolutas e não anuláveis são ‘categoria do output’ e ‘forma fonológica do afixo’ (para além da alomorfia), levantando a questão se propriedades semânticas especificadas pelos esquemas de formação de palavras são sempre anuláveis, uma vez que não raras vezes se identificam propriedades semânticas de palavras complexas particulares que não estão previstas pelo esquema morfológico dominante, que, frequentemente, resultam de mecanismos universais de polissemia: metonímia e metáfora. Como veremos em alguns exemplos adiante.

Booij (2014) opta, então, por traçar uma nova rota, aproximando o conceito de herança ao conceito de motivação:

“A relação entre um esquema e seus dependentes, os itens lexicais, é uma motivação. Motivação significa que há uma relação não arbitrária entre forma e significado do constructo linguístico. (...) Palavras complexas são, em princípio, motivadas pelo esquema pelo qual elas são dominadas. Novamente, palavras complexas derivadas obtêm suas propriedades previsíveis através da unificação de esquemas de formação de palavras e palavras base, mas essas propriedades previsíveis não são omitidas em suas representações lexicais. Esquemas construcionais podem ter sua função de motivação, porque eles sempre lidam com relações entre forma e significado. Pode haver vários graus de motivação, pois as palavras complexas particulares podem ter propriedades desviantes. Ou seja, a interpretação do conceito de herança padrão em um modelo de entrada plena do conhecimento lexical é que uma palavra complexa pode ter propriedades que não são motivadas pelo esquema morfológico pelo qual é dominada, e do qual é uma instanciação.” (BOOIJ, 2014, p.14)

Novamente, *motivação* deve ser compreendida como o conjunto de propriedades não anuláveis que serão herdadas dos esquemas dominantes, não apenas a face semântica. Sobre as propriedades semânticas, Booij (2014) afirma que, muito frequentemente, há uma correlação sistemática entre a categoria da palavra base e a semântica da palavra complexa que pode ser expressa em subesquemas. Destacamos que novamente ele

ressalta um aspecto gramatical e não o semântico em relação à base. Mas, de toda sorte, esse aspecto deverá ser frisado, uma vez que ele admite que a polissemia que relaciona os subesquemas muitas vezes será determinada a partir das relações de herança decorrentes da natureza da base.

Corbin (1990), diferentemente de Booij (2014), centrará as suas reflexões sobre herança no aspecto semântico das relações, quer entre a regra e a palavra construída, quer entre a palavra construída e a palavra base. Ainda que a teórica estivesse inserida num contexto gerativista, fazendo uso de seu aparo teórico e de sua terminologia, seu posicionamento crítico e, sobretudo, a sua compreensão do papel da semântica nas construções morfológicas nos deixam antever o viés semanticocêntrico de suas análises.

Nesse seu artigo de 1990, ela irá definir essas relações a partir de dois conceitos fundamentais: associatividade e estratificação.

A associatividade é definida como a capacidade que um componente derivacional tem de gerar conjuntamente, e de maneira associada, a estrutura morfológica e a interpretação semântica das palavras construídas. Ou seja, no seu entendimento não há como desvincular a estrutura morfológica funcional do aspecto semântico, que por sua vez envolveria todos os seus componentes (palavra base, palavra complexa e regra). Note-se nessa formulação uma aproximação com o que, na gramática das construções, entendemos como pareamento ou unificação entre forma e conteúdo.

Para Corbin (1990), “Estratificação” remete à organização interna do componente lexical e à hierarquia das operações tocantes às palavras construídas que, por sua vez, refletem a complexidade de associações forma/significado que caracterizam as palavras construídas.

Sobre a semântica das palavras complexas, Corbin (1990) propõe a distinção entre dois tipos de significado: a) sentido atestado — entendido como o sentido de uma palavra construída tal como ela figura nos dicionários da língua contemporânea; b) sentido previsível — entendido como o sentido de uma palavra construída tal qual foi formulada a partir da operação semântica própria à regra que a construiu; assim, o sentido previsível tem duas propriedades fundamentais: sua composicionalidade obrigatória, em relação à estrutura morfológica da palavra construída, e sua independência relativa, em relação ao sentido atestado.

No nosso entendimento, Corbin (1990) propõe que uma dada regra de construção de palavra complexa ofereça uma contraparte semântica previsível a partir da composicionalidade inerente à palavra complexa. Obviamente, é preciso desvincular essa

composicionalidade obrigatória do sentido atestado, uma vez que este, por variadas motivações socioculturais e por diversos mecanismos linguísticos, pode se distanciar do sentido previsível.

Tomemos como exemplo em português a palavra PECADOR; a regra¹ segundo Corbin, $V + -dor = Subst$, nos fornecerá um sentido previsível ‘agente da ação relativa à semântica do verbo base’. Assim, o sentido previsível possui duas faces: aquele especificado pela regra (SPer), tal como explicitado no exemplo anterior, e aquele herdado da palavra base (SPhb), que, obviamente, não pode estar explicitado na regra. Essa distinção, proposta por Corbin (1990), pretende esclarecer os diversos componentes que entram na interpretação semântica previsível de uma palavra construída.

Assim, o sentido previsível construído para a regra é o sentido comum a todos os produtos de uma mesma construção de palavras, independentemente dos tipos de bases e procedimentos morfológicos utilizados.

Por sua vez, o sentido previsível herdado da base é o sentido comum a todos os produtos de uma regra de construção de palavras construídas sobre as bases que tenham o mesmo tipo semântico pertinente; ele representa uma especificação do sentido previsível construído para a regra particular a um tipo semântico de base dada.

Para um melhor entendimento do que propõe Corbin (1990), tomemos como exemplo o sufixo *-udo* em português, que atribui aos seus produtos um sentido previsível construído pela regra, que podemos representar com a paráfrase << ‘provido de característica física relativa a [sentido da base] ressaltada’>>: BARBUDO, BUNDUDO, NARIGUDO, CABELUDO etc. Quando a regra se aplica as certas bases, que segundo Corbin (1990) poderiam ser designadas como defectivas/irregulares, o sentido previsível herdado da base dos adjetivos construídos pode tomar a forma << ‘que se assemelha a [sentido da base]’>>: ABELHUDO, CARRANCUDO, PONTUDO, TALUDO, TRONCUDO, VARUDO etc. Observemos que nesses casos, o sentido das bases não licencia o sentido previsível destacado para aquele primeiro grupo de palavras construídas. Este exemplo pode parecer simples, mas há outras distorções entre os sentidos previsíveis e os sentidos atestados; nos três exemplos abaixo podemos perceber

¹Notem que o termo *regra* será empregado quando se referir às posturas de Corbin (1990), enquanto o termo *esquemas* será utilizado quando tratar das propostas de Booij (2014). Tal diferença não implica apenas em uma distinção terminológica, mas sim, em posicionamentos teóricos divergentes, sobre os quais Basílio (2010) discorreu e sobre os quais aqui não nos deteremos.

que no SA (retirado do dicionário *Aulete Digital online*) pode haver a inclusão do SP, mas há também sentidos que não são previstos, nem pela regra, nem pela herança da base.

Nos exemplos a seguir elencamos os sentidos atribuídos a três palavras, segundo o dicionário *Aulete Digital Online*, que demonstram aspectos diferentes das relações de herança entre a base e o constructo.

1a) CABEÇUDO

a.

1. Diz-se de pessoa que tem a cabeça grande
2. Diz-se daquilo que tem a parte superior ou a extremidade dilatadas ou arredondadas.
3. Fig. Teimoso, perseverante

sm.

4. Indivíduo cabeçudo, que tem cabeça grande

1b) SISUDO

a.

1. Que tem muito siso, prudência; CIRCUNSPECTO
2. Que se irrita facilmente, que costuma ficar de cenho franzido, de cara fechada; CARRANCUDO [Antôn.: alegre, descontraído.]

sm.

3. Pessoa ajuizada, responsável, prudente

1c) FAÇANHUDO

a.

1. Que pratica muitas façanhas:
2. P.ext. Que provoca desordem (brutamontes façanhudo); VALENTÃO
3. Fig. Mal-encarado, facínora

No primeiro exemplo, temos por base a palavra *cabeça*, que, por ser uma parte do corpo, torna-se bastante adequada semanticamente ao conjunto de bases que em geral se associam ao esquema de construção de palavras em *-udo*; assim, o sentido previsível vem encabeçando o SA. Porém, para além desse, vemos em 3 o sentido – demarcado como figurado, ‘teimoso, perseverante’, sobre o qual operaram fatores socioculturais e linguísticos que originaram um sentido não previsível, nem pela regra, nem pela base, contudo, o significado da base é essencial para a permissão desse deslocamento de sentidos, uma vez que, *cabeça* em seus sentidos polissêmicos, também é entendida como

motivada pela herança da base, o que nos deixa o questionamento acerca da eficiência descritiva desse modelo.

3 O ESQUEMA $[[X]_V \text{DOR}]_N$ NO PORTUGUÊS ARCAICO

Para analisarmos as questões de herança e motivação envolvendo o esquema construcional $[[X]_V \text{dor}]_N$, partiremos de dados recolhidos em um *corpus*² representativo do período arcaico da língua portuguesa (PA).

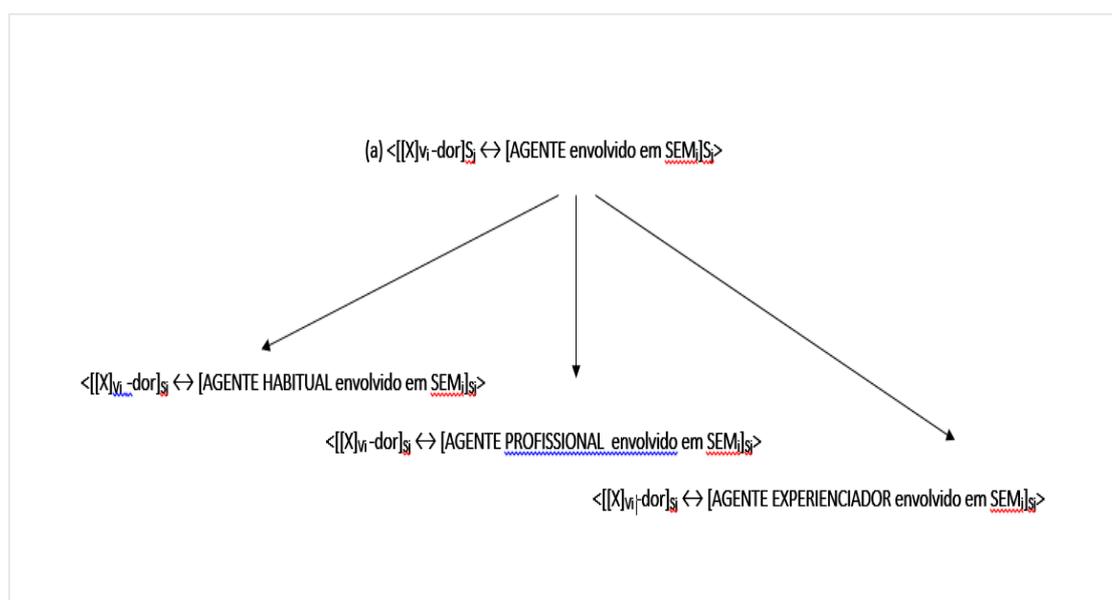
As instanciações em *-dor*, nos dados do português arcaico, apresentaram-se com duas possibilidades de sentido, a saber: ‘agentivo’ (*buscador*, B477; *comedor*, B482; *guardador*, A885; *morador*, A1111) e ‘locativo’ (*dormidor*, A613) — “*Eigreja nen claustra neno dormidor / neno cabidoo*” (CSM) —. É interessante observar que, com a segunda acepção (locativa), encontramos apenas uma ocorrência, contra um total de 277 ocorrências com valor ‘agente’. Foram encontradas 188 ocorrências na primeira fase e 79 na segunda.

Sobre os agentivos podemos dizer que eles não possuem todos o mesmo comportamento, uma vez que existem diferenças semânticas importantes entre grupos de instanciações do esquema em *-dor*, implicando em uma relação polissêmica que, considerando o aspecto de sua produtividade, merecem ser destacadas em subesquemas do esquema *-dor* ‘agentivo’. Assim, identificamos ao menos 3 grupos: os agentes profissionais (*apousentador*; *comendador*, *governador*, *mercador*, *pescador*, *regedor*), num total de 84 ocorrências; os agentes habituais (*comedor*, *roubador*, *devedor*, *dormidor*, *enganador*), num total de 152 ocorrências; e os agentes experienciadores (*conhecedor*, *entendedor*, *possuidor*, *sofredor*), com um total de 41 ocorrências.

O valor semântico experienciador não é destacado por todos os autores que se debruçaram sobre o estudo do sufixo *-dor*, no entanto, são abundantes enquanto grupo de

²No caso dos seis glossários que constituem o *corpus* da primeira fase do português arcaico, dois são seletivos (o do *Cancioneiro d’Ajuda*, elaborado por Carolina Michaëlis de Vasconcelos e o das *Cantigas de escárnio e mal dizer*, elaborado por M. Rodrigues Lapa) e quatro se dizem exaustivos (o das *Cantigas de Santa Maria*, elaborado por W. Mettmann; o dos *Quatro Livros dos Diálogos de São Gregório*, elaborado por Rosa Virgínia Mattos e Silva; o do *Orto do esposo*, elaborado por Bertil Maler e o do *Foro Real*, elaborado por José de Azevedo Ferreira). Para a segunda fase do português arcaico, foram selecionados quatro textos representativos do período, a saber: *Crônica de D. Pedro*, de autoria de Fernão Lopes, na edição de Giuliano Macchi; *Crônica do Conde D. Pedro de Menezes*, escrita por Gomes Eanes Zurara, na edição de Maria Teresa Brocardo; *Vida e feitos d’el Rey D. João II*, escrita por Garcia de Resende, na edição de Evelina Verdelho e *Vida e feitos de Júlio César*, de autoria desconhecida, na edição de Maria Helena Mira Mateus.

instanciações, como vimos no número de ocorrências já no PA e apresentam como característica singular herdarem o seu traço semântico das bases que são unificadas ao esquema. Bases desse tipo de construção denotam atividades cognitivas, perceptivas e emotivas. Portanto, há na polissemia dos esquemas do sufixo *-dor* um valor semântico que se especifica em relação à natureza semântica da base, estabelecendo o que Corbin (1990) denomina de sentido previsível por herança da base (SPhb). Mais uma vez devemos questionar, tendo a herança um papel decisivo na definição da rede polissêmica de um dado sufixo, como expressar tal propriedade na formulação esquemática proposta pela morfologia construcional, pois aplicando a descrição dos dados do português arcaico à morfologia construcional, teríamos:



Quadro 2. Esquemas e subesquemas de formações X-dor.

Observemos que o sentido locativo não foi incorporado ao esquema, uma vez que não apresentou produtividade, sendo a única ocorrência na primeira fase: *dormidor* (A613) (= ‘dormitório, lugar onde se dorme’), que, além de não ter se conservado na língua portuguesa, ocorre no *corpus* apenas uma única vez em texto poético, assim sua ocorrência pode ter se justificado por questões de rima e métrica. Ademais, *dormidor* ocorre no *corpus* mais 5 vezes com o sentido de agente habitual.

Novamente, acerca daquilo que Corbin (1990) denomina de SPhd, questionamos como incorporá-lo às descrições dos subesquemas, uma vez que, em alguns casos, há um papel relevante na motivação semântica das palavras construídas.

4 ALGUNS OLHARES SOBRE A POLISSEMIA ATUAL DO SUFIXO –DOR

O sufixo *-dor* atualmente apresenta, em língua portuguesa, uma rede polissêmica bastante ampla, havendo, contudo, bastante variação na descrição dos sentidos. Por exemplo, Basílio (2004), para além das categorias de agente profissional e agente habitual, propõe a de agente eventual, para dar conta de instanciações como *acertador*, *iniciador*, *perdedor*.

Marinho (2009), traçando um percurso histórico do sufixo do latim ao português, aponta apenas três sentidos, agente profissional, agente habitual e agente instrumento, não fazendo nenhum desdobramento das duas últimas categorias.

Nubiácira Oliveira (2008), em sua tese em perspectiva cognitivista, irá desenvolver sua análise em cima de 5 categorias:

Tabela 3: Classificação dos deverbais em *-dor* quanto ao significado que expressam

Significados de <i>X-DOR</i>	Nº	%	Exemplo
Agente Ocupacional	52	27%	administrador, maquiador
Agente <i>Ad hoc</i>	94	48,7%	fundador, fraudador
Experienciador	03	1,5%	apreciador, adorador
Tema	08	4,2%	ganhador, perdedor
Instrumento	36	18,6%	rastreador, computador
TOTAL	193	100%	-

Quadro 3. Tabela de Oliveira (2008) para a polissemia do *-dor*.

Contudo, ela admite que é possível refinar essa classificação com base em outras distinções ou detalhamentos, considerando a possibilidade de destacar agentes eventuais como fez Basílio (2004), ou ainda distinguir os instrumentos de acordo com sua autonomia em relação à ação humana, por exemplo *grampeador* (+dependente) e *computador* (-dependente).

Costa e Soledade (2013) constituíram um conjunto de 376 ocorrências, retirados de dados sincrônicos, utilizando como fonte dois jornais *online* de Salvador, *Correio da Bahia* e *Jornal da Metrópole*. Na análise desses dados, foram identificados pelo menos oito deslocamentos semânticos: 1) agente profissional *cobrador*, *vendedor*, *procurador*; 2) agente frequentativo: *paquerador*; *estripador*; 3) agente experienciador: *conhecedor*, *morador*, *pensador*; 4) agente qualificativo: *assustador*, *acolhedor*, *comprometedor*; 5) objeto/agente autônomo: *ventilador*, *liquidificador*; 6) objeto/agente instrumental:

barbeador, abridor, abanador; 7) objeto/local: *toucador, aparador*; 8) locativo: *trocador, bebedor, corredor, bastidor*.

Observamos que entre a proposta de Marinho (2009), com a proposição de uma rede polissêmica com apenas três sentidos, e a de Costa e Soledade (2013), que considera oito deslocamentos semânticos, há uma grande variação de análises. As questões a serem colocadas, portanto, são: 1) qual o nível de produtividade desses subesquemas e se de fato eles merecem ser especificados; 2) em que medida, a herança da base pode ser responsável pelos desdobramentos e direcionamentos da polissemia e, por fim, 3) quais relações semânticas os sentidos estabelecem entre si, ou seja, como os processos metafóricos e metonímicos atuam sobre essa rede de sentidos.

5 AGENTES DE -DOR NO LIVRO DAS AVES

Acerca do *Livro das Aves*, em sua descrição no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, diz-se:

O Livro das Aves deriva do bestiário *De bestiis et aliis rebus* de Hugo de Folieto, autor representativo do espírito medieval, dominado pela dicotomia entre sentido literal e sentido alegórico, pelo gosto e necessidade de síntese. Os bestiários correspondem à escultura com fins didáticos - a Bíblia dos pobres, como é por vezes chamada.

Por se tratar de um tratado dogmático, o *Livro das Aves* (século XIV) apresenta um conjunto de códigos de conduta moral em caráter alegórico, usando de uma simbologia mística para representar o mundo real, sensível. Talvez por essa sua natureza, o texto não nos ofereceu uma grande variedade de sentidos para as instanciações do esquema $[[X]_V \text{dor}]_N$, pois de um total de 36 ocorrências, apenas verificamos seis lexias, a saber: *caçador, doctor, fornigador, pecador, pregador, sabedor*; todos de caráter agentivo, em sua maioria de aspecto habitual.

Acerca desses dados faremos uma leitura mais cuidadosa de cada uma das instanciações, buscando analisar as possíveis implicações dos significados das bases verbais sobre as informações que a palavra complexa incorporou, buscando possíveis relações de polissemia.

Por se tratar de um *corpus* limitado, as análises se centraram na busca das informações herdadas pelas palavras complexas das bases verbais às quais se relacionam. Dessa forma, há uma limitação importante a se destacar, as derivações analisadas em sua

grande maioria se processaram no latim, e as informações sobre os verbos latinos se limitam às aquelas fornecidas pelos dicionários e estudos de etimologia consultados, não sendo possível acessar o conhecimento do falante nesse caso – limitação intrínseca a todo o trabalho que se dedique a analisar dados historicamente recuados no tempo.

5.1 CAÇADOR

A instanciação *caçador* ocorreu no *Livro das Aves* apenas uma única vez, com emprego substantivo e sentido de agente habitual ‘que pratica caça (perseguição de animais) ou costuma caçar, para alimentação ou defesa, como esporte, ou por instinto’(AD)³, como se pode observar no seguinte contexto: “*O primeiro laço dos caçadores diz que he a temptação enganosa do diaboo...*” (f.25, l.16-17).

Muito embora o ato da caça possa ser praticado com finalidade de obtenção de retorno financeiro, e até mesmo para o sustento do agente e de sua família, os usos no português arcaico não parecem licenciar que haja uma compreensão da prática da caça como uma profissão. No *Dicionário de dicionários do galego medieval* (DDGM), são elencadas quatro obras que fornecem acepções para o termo *caçador*, todas acompanhadas de averbações, nas quais podemos verificar que o termo era em geral empregado como um adjetivador, como em “*era... mui caçador de todas as caças*” (Orto do esposo) e “*um cavaleiro ... que era caçador*” (Cantigas de Santa Maria).

No que diz respeito a possíveis relações de herança da base, observamos que em latim o termo *caçador*, instanciação do esquema de formações agentivas em *-dor*, ainda não existia, sendo o sentido similar encontrado no termo *captor*, *-oris*. Assim, *caçador* é uma instanciação própria da língua portuguesa no período arcaico, tomando como base o verbo transitivo do PA *caçar*.

Por sua vez, o verbo *caçar* teria sua origem no verbo transitivo latino *captivare* ‘tornar cativo, escravizar’, com grande influência dos sentidos veiculados por outro verbo latino, *captare* ‘procurar apanhar, procurar obter, procurar alcançar, procurar atingir’. Assim, o verbo *caçar* em português arcaico, embora se vincule mais diretamente à forma fonológica de *captivare*, não assume o seu sentido exato, uma vez que a caça nem sempre será objeto de escravização ou será tomada como cativa, quando o mais comum é que

³As acepções atribuídas às lexias aqui analisadas referem-se a informações retiradas do *Dicionário Aulete Digital Online* (AD) e do *Dicionário Latim-Português* da Porto Editora (DLP).

seja a caça abatida para servir de alimento, ou seja, caçar acaba assumindo um sentido mais próximo de ‘apanhar, obter, alcançar e atingir’, estes vinculados à forma *captare*.

Muito embora o sentido de agente profissional não esteja claramente associado à instanciação em questão, não parece haver nenhum impeditivo para que essa lexia assumisse ou venha a assumir o caráter profissional; isso parece estar relacionado a qualquer agente habitual, uma vez que a passagem do aspecto habitual para o profissional depende de conceptualizações decorrentes das necessidades, dos interesses e das experiências dos indivíduos e das culturas em cada momento histórico.

5.2 DOCTOR

Foram identificadas quatro ocorrências do termo *doctor* em nossos dados, uma em função modificadora, em: “...*aaqueles que letrados e doctores son.*” (f. 1, 1.5) e três como núcleo de sintagmas nominais: “... *os doctores da Theologia...*” (f. 1, 1.12-13), “*E per tal sabença que o rreligioso acha e aprende nos livros dos doctores...*” (f. 8, 1.5), “*Ca o pregador que he doctor dos poboos a que prega de que devẽ tomar todolos outros exemplo...*” (f. 32, 1.10-11). Observamos que os sentidos acionados pela lexia *doctor* no período arcaico, ‘erudito, estudioso, conhecedor’ — conforme também atestam as definições e averbações elencadas no DDGM —, estão distantes dos sentidos mais usuais no português brasileiro (PB) nos nossos dias, uma vez que é mais comum vermos o termo empregado para designar ‘médicos e advogados’ e, em meio acadêmico, ‘aqueles que concluem um doutorado’. No PA, prevalece o aspecto habitual da agentividade, enquanto que no PB o sentido de profissional está mais evidente, ainda que não haja relação entre o sentido da base e a profissão exercida por médicos e advogados.

A forma *doctor* advém do substantivo masculino *doctor, oris*, cujo sentido original, segundo o DLP, seria ‘mestre, aquele que ensina’. Sua formação aponta para uma base participial do verbo *docere* ‘instruir, ensinar’, além de ‘ter uma escola, dar lições’. Na base, não encontramos nenhum aspecto semântico que desfavoreça o sentido de agente profissional, inclusive há em português contemporâneo a profissão *docente*, que toma por base o mesmo verbo latino, *docere* e o sufixo também agentivo *-nte*. No entanto, no PA, pelos exemplos destacados do *Livro das Aves*, percebemos um sentido de agente habitual, sendo a base tomada não pelo aspecto conclusivo do verbo ‘que instrui, que ensina’, mas sim com um caráter eventual ‘que pode instruir, que pode ensinar’ por que é ‘conhecedor’, é ‘erudito’.

Com esse exemplo também podemos explorar a questão da alomorfia do sufixo. Em latim o sufixo possuía a forma fonológica *-or* que era acrescida a formas verbais participiais ou supinas, no exemplo, *doct-* + *-or*. Comumente, os supinos e participios em latim eram terminados em /t/, o que nos legou um alomorfe *-tor* em instanciações de origem mais erudita como *auditor*, *consultor*. Da sonorização das surdas intervocálicas, o /t/ passa a /d/, donde se origina *-dor*, a forma mais produtiva do sufixo na língua portuguesa. Por existirem participios latinos terminados em /s/, um alomorfe *-sor* também pode ser aventado, por exemplo, o participio passado *confessus*, a, um deu origem a *confessor*, *oris*. Em latim, portanto, o sufixo era sempre *-or*, porém já no português arcaico o sufixo assume produtivamente a forma *-dor*, prescindindo das formas participiais, unificando-se diretamente às formas infinitivas dos verbos: *descasca-* + *-dor* e não **descascado* + *-or*.

5.3 FORNIGADOR

As duas ocorrências da lexia *fornigador* no *Livro das Aves* — “...e outra preegação deve fazer ao fornigador.” (f. 9, 1.25) e “Pela [vida] muy descarreyrada an[dã os] fornigadores...” (f. 25, 1.28-29) –, ambas com aplicação como núcleo do sintagma nominal, apontam para um sentido de agente habitual, muito embora *fornigador* ‘fornicador, aquele que tem relações sexuais com muita frequência’ (AD) também pudesse ter sido o nome dado a profissionais do sexo; contudo, esse não foi o uso que lhe deram os falantes, quer do português arcaico quer do português contemporâneo, prevalecendo o sentido habitual em detrimento do profissional.

Essa instanciação parece ter se dado no latim, uma vez que encontramos registros da forma *fornicator*, *-oris* em dicionários da língua latina, em que a compatibilização do esquema se dá com o verbo intransitivo *fornicare* ‘ter coito, prostituir-se’.

Sobre esse exemplo chama a atenção a relação semântica do verbo com o substantivo que lhe deu origem. Segundo historiadores e etimólogos, o verbo *fornicare* teria sido formado no século III d.C, com base no nome *fornix*, *icis* ‘abóbada, arco’. Assim, a relação de sentido entre a base nominal e o verbo será enviesada por um aspecto cultural relevante, uma vez que as prostitutas romanas costumavam se posicionar para fora das casas, sob os arcos ou abóbadas destas entradas, assim uma referência a um local relacionado à prática da prostituição dará base para a formação de um verbo designador da ação. Não é incomum que lexias relacionadas a locais sejam tomadas metaforicamente

e sirvam de base para instanciações diversas, observe-se o caso de *praceiro* ‘sociável, agradável’, tendo sido tomado o locativo *praça* como espaço de socialização, sendo, portanto, ‘aquele que frequenta a praça’ uma pessoa ‘sociável’ > *praceiro*.

5.4 PECADOR

São sete as ocorrências de *pecador* no *Livro das Aves*, todas como núcleo do sintagma nominal, a saber: “... *os pecadores e os maaos que de Deus andã arredados...*” (f. 4, l.32), “...*o gimido que o pecador dá polos pecados que faz...*” (f. 7, l.13), “... *prende morte polos pecadores o filho de Deus.*” (f. 8, l.14), “... *assi o preegador deve a ffazer departamento antr’as dos pecadores a que preega.*” (f. 9, l.23-24), “*O pecador que não fazia n~e h~uu bõõ fruyto no m~udo.*” (f. 22, l.9-10), “*Este Deus brita este cedro, o pecador, vingando-sse del.*” (f. 22, l.17), “... *os pecadores e os maaos que de Deus andã arredados...*” (f. 24, l.32).

A lexia já era formada no latim, *peccator, oris* ‘pecador, que comete pecado, que incorre em falta’, e toma por base o verbo *peccare*, que assumia os sentidos de: ‘1) dar um passo em falso, tropeçar, 2) cometer uma falta, cometer um erro, proceder mal, 3) ser defeituoso, pecar por’ (DLP). Observe-se a evidente relação do primeiro sentido destacado com a lexia *pes, pedis* ‘pé’. Aventa-se a possibilidade de que o verbo *peccare* esteja relacionada a uma forma hipotética **ped-cus*, que, por assimilação regressiva, daria origem a **peccus* ‘perneta, manco’, donde viria *peccare* *‘mancar’ e, posteriormente, ‘tropeçar’. Quer essa hipótese seja verdadeira, quer não seja, o fato é que os sentidos do verbo *peccare* latino não estavam relacionados nem restritos à concepção de pecado que se difundiu a partir do cristianismo.

Segundo a fé cristã, o pecado deve ser entendido com a separação do homem e de Deus. Ao criar o homem, Deus o teria habilitado com o Livre Arbítrio, que é a capacidade de escolher por si mesmo que caminho deve seguir. Deus teria colocado Adão e Eva no Jardim do Éden para o cuidar e conservar, e teria determinado que não comessem da Árvore do Conhecimento do Bem e do Mal. Por sua desobediência, Adão passou a conhecer o mal, tornando-se pecador (desobediente, aquele que comete uma falta, um erro). Com a difusão do cristianismo, o termo *pecador* passou a assumir um valor bem específico: ‘aquele que age contrariamente às leis de Deus’. Sendo o *Livro das Aves* um texto inserido na filosofia cristã, podemos inferir que os sentidos que *pecador* assume nessa obra estão claramente relacionadas ao sentido católico do termo, como bem

demonstra essas duas passagens: “... os pecadores e os maaos que de Deus andã arredados...” (f. 4, 1.32) e “... prendeu morte polos pecadores o filho de Deus.” (f. 8, 1.14).

Ainda uma questão acerca desse exemplo cumpre destacar. Obviamente ninguém comete pecados todo o tempo, sendo, portanto, um *pecador* um agente habitual. Contudo, o pecador pode ser entendido com alguém que carrega essa condição perpetuamente (até o dia do juízo final, segundo a fé cristã) e que talvez só tenha incorrido no ato pecaminoso apenas uma única vez. Assim, a depender da visão de mundo e da cultura, o termo pecador pode ser compreendido com um agente experienciador ou com um agente habitual. Entendendo que no primeiro caso, o indivíduo carrega consigo uma condição imposta pelo pecado, que seja ele recorrente ou não. No segundo caso, o pecador é alguém que com certa frequência/habitualidade incorre em atos considerados pecados, ou erros, ou faltas.

Vale ressaltar que nesse caso a natureza semântica da base não está diretamente implicada na relação de polissemia de *pecador*, uma vez que é o substantivo em si que assume o caráter ora habitual (de uma prática frequente ou eventual) ora experienciador (de uma condição perpétua).

5.5 PREGADOR

A instanciação em *-dor* de maior recorrência no *corpus* foi *pregador*, com doze participações no texto, dentre elas: “*Portãto pelo galo entêdemos o preegador.*” (f. 9, 1.19), “*Mais onde avera o preegador tã grãde entedimêto se lho Deus nã der?*” (f. 10, 1.27), “*Assi o bõo preegador ante que preegue primeiramênte s’afaz pera viver bẽ e sanctamête...*” (f. 10, 1.10-11), “*Assi que quando eles virẽ que o preegador mete em obra o que preega.*” (f. 10, 1.24)⁴. Em todas as ocorrências o emprego do termo foi em posição de núcleo do sintagma nominal.

No latim *praedicator*, *-oris*, segundo o DLP, teria os sentidos de ‘1) pregoeiro público, arauto, 2) elogiador, 3) o que evangeliza’. Novamente observamos que, no

⁴ Além dessas: “*Os sanctos o galo ao preegador que se move per entendimêto pelas pregações que faz.*” (f. 9, 1.1-2), “*E porque as obras do galo que ditas sã, semellhã-sse cõ as obras do pregador...*” (f. 9, 1.17-18), “*Ca assi como o galo e em certas horas e desvayradas da noyte da sas vozes desvayradas, assi como dicto he, assi o preegador deve a ffazer departamento antr’as dos pecadores a que preega...*” (f. 9, 1.20-24), “*O que Sã Paulo diz dos pregadores maaos...*” (f. 10, 1.15-16), “*Assi que quando eles virẽ que o preegador mete em obra o que preega...*” (f. 28, 1.18-19) “*...bõos preegadores que a verdade da fé obram e pregam...*” (f. 30, 1.2-4), “*Ca o pregador que he doctor dos poboos a que prega de que dev~e tomar todolos outros exemplo...*” (f. 30, 1.15).

contexto do *Livro das Aves*, é o sentido relacionado ao cristianismo que será tomado para o uso *pregador* no texto, portanto, o ‘evangelizador, aquele que prega as palavras do evangelho’, tal como se vê na seguinte passagem: “... os *preegadores do avengelho de Jhesu Christo...*” (f. 29, l.15). A base, o verbo *praedicare*, tinha os sentidos de: ‘1) dizer publicamente, proclamar, publicar, dizer diante de todos, proclamar, anunciar 2) louvar, elogiar, exaltar, celebrar’. Assim como vimos em *pecador*, os sentidos do verbo base não estão ideologicamente marcados, é o uso desses termos dentro da doutrina cristã que lhes dará uma especificação semântica.

Para definir se estamos nos referindo a um agente habitual ou a um agente profissional precisamos entender quem eram os pregadores na idade média. Em *História da igreja católica*, Lenzenweger et al. (2006) afirmam que, nos séculos XI e XII, os mercados e vilas da Europa cristã eram povoados de pregadores ambulantes; em geral, eles eram identificados como premonstratenses, um dos movimentos que figurava na cena religiosa medieval. Eles buscavam seguir o exemplo do apóstolo São Paulo. Caracterizavam-se por indivíduos que queriam ser livres das amarras de igrejas ou monastérios, bem como tencionavam viver do trabalho de suas próprias mãos.

Desse conjunto de pregadores ambulantes, havia, é claro, uma parcela de maus pregadores, aqueles que buscavam se aproveitar da fé alheia para obter vantagens econômicas, podiam até vender indulgências, já que nesses séculos XI e XII, elas passaram a ser vistas não apenas como uma forma de reduzir penitências muito longas e severas, mas como remissão da pena temporal devida ao pecado.

No *Livro das Aves*, podemos encontrar referência a bons e maus pregadores: “*Assi o bõo preegador ante que preegue primeiramẽte s’afaz pera viver bẽ e sanctamẽte...*” e “*O que Sã Paulo diz dos preegadores maaos...*” (f. 10, l.15-16).

Assim, por esse entendimento da vida dos pregadores, observamos que o ato de pregar o evangelho era muitas vezes tomado por vocação, pois muitos abdicaram de sua condição nobre para viver na pobreza. Natural, portanto, que compreendamos que não se tratava de uma profissão — muito embora maus pregadores pudessem obter vantagens financeiras e até mesmo sobreviver de suas pregações. É a habitualidade do ato que caracteriza o agente *pregador*, ou ainda, conforme a sua crença, um agente que vive a condição de *pregador* enquanto ‘missionário, emissário dos ensinamentos do evangelho’, remetendo a uma noção mais experienciadora que habitual.

5.6 SABEDOR

Foram encontradas seis ocorrências da instanciação *sabedor*: “...aquele que ensina o *ssabedor* per sas paravaos *deyta* de sy *aguas* come de vaso que está *cheo*...” (f. 1, 1.8), “*Disserõ os sabedores que a tortor depoys que perde o companheyro nunca mais pousa em ramo verde*...” (f. 8, 1.32), “*Bẽ assim o homẽ sabedor voa per altezas virtudes que nõ possa caer nos laços do dyaboo*.” (f. 24, 1.23-24), “*O coração do homẽ previsto faze-sse sabedor e arteyro que se guarde do laço que lhi põe e armã na carreyra*.” (f. 25, 1.13-14), “*Dos pãaos disseron os sabedores que han as carnes tã duras que nõ podẽ apodrecer*...” (f. 29, 1.20-21) “*Da aguya disseron os sabedores que há a vista muy clara*...” (f. 32, 1.17). Desses dados observamos duas ocorrências na função modificadora, contra quatro em posição de núcleo do sintagma nominal.

A origem da instanciação *sabedor* remonta ao período arcaico da língua portuguesa, não havendo formação de agentivo com o sufixo *-tor* para o verbo *sapire* (*sapere* – latim vulgar); um sentido aproximado se poderia encontrar em *sapiens*, *-entis* ‘1) sensato, prudente, 2) inteligente, que conhece, que tem experiência, experiente, 3) [poét.] que tem bom paladar’ (DLP). O verbo base, por sua vez, apresenta sentidos, a princípio, bastante diversos: como intransitivo ‘1) ter gosto, ter sabor de, 2) rescender, exalar um perfume, 3) ter gosto, 4) ter conhecimento, ter inteligência, ser prudente, ser sensato’; como transitivo: ‘1) saber, conhecer, compreender’ (DLP).

Diferentemente do que acontece com o verbo *saber* em português do Brasil, em que os sentidos relacionados ao ‘conhecimento, inteligência e cultura’ são os primeiros a serem relacionados entre os atestados no Dicionário Houaiss (DH) — estando o sentido ‘ter gosto, ter sabor’, apenas na décima quinta posição entre as acepções —, a forma latina revela o caminho inverso, do sentido original ligado ao paladar, passou-se ao sentido figurado ligado ao cérebro; assim há uma metáfora na relação entre os dois sentidos de saber, que pode ser compreendida como uma relação entre ter um paladar apurado e, portanto, ter gostos cultivados — como se diz hoje, “saber das coisas” e ter conhecimentos específicos e/ou gerais sobre todas as outras coisas.

Seja com sentido relacionado ao paladar, seja relacionado ao raciocínio, o verbo *saber* pode ser classificado com um verbo experiencial. Os verbos experienciais são aqueles que possuem um argumento experienciador, i.e., em geral, um sujeito ou objeto

que experimenta, vivencia a ação indicada pelo verbo. São verbos que expressam eventos de cognição, emoção e sensação (física ou psicológica).

Esse conjunto de verbos de natureza experiencial acaba por gerar agentivos em *-dor* que merecem ser descritos como uma categorização à parte dos habituais, uma vez que, por exemplo, um indivíduo *sabedor*, experiencia, vivencia a condição de *saber* e não é alguém que *saber* habitualmente, eventualmente ou com alguma frequência. Afinal, quem sabe, quem adquire um determinado conhecimento, não deixa de o *saber* em certas circunstâncias, é, portanto, uma condição perene. Por isso, autores como Oliveira (2008) e Costa e Soledade (2013) optam por incluir dentre os sentidos polissêmicos dos agentivos em *-dor*, os agentivos experienciadores, dentre os quais incluiremos a instanciação *sabedor* tal qual empregada no *Livro das Aves*.

6 O QUE ESSA LEITURA NOS DEIXOU SABER

A análise dos dados retirados do *Livro das Aves* permitiu que refletíssemos mais detalhadamente acerca de certos aspectos das relações de sentido entre as instanciações e os seus esquemas dominantes, bem como sobre as relações de herança entre a base e o constructo.

Obviamente que o estudo de um único texto não seria capaz de fornecer exemplos que dessem conta de toda a complexidade da língua, e, no caso do sufixo *-dor*, observamos a ocorrência de uma pequena parcela de sua rede polissêmica, tendo sido encontrados apenas dois sentidos, dos oito possivelmente existentes, segundo Costa e Soledade (2013). Contudo, o fato de podermos nos deter na análise de seis lexias nos permitiu fazer algumas ilações relevantes.

Observamos, por exemplo, que qualquer agente habitual, em tese, pode ser recategorizado como agente profissional, é uma questão de conceptualização que depende do uso, da necessidade expressiva dos indivíduos, das relações interacionais e socioculturais dos agentivos em dada comunidade linguística, e que essa conceptualização em nada depende das relações de herança da base.

A distinção entre agente habitual e agente profissional parece residir no fato de que todo agente profissional habitualmente pratica a ação expressa pelo verbo, contudo, dessa prática decorrem pelo menos dois comportamentos socioculturais que o especificam, a saber: 1) o retorno financeiro a fim de subsistência e 2) o acúmulo de conhecimento ou de prática específica para o exercício da ação.

Assim, o *corredor* profissional se distingue do *corredor* amador/habitual, não por uma maior frequência ou habitualidade da ação, mas sim, pelo fato de o profissional utilizar-se de conhecimentos teóricos e práticos que lhe permitem realizar a ação com uma maior eficiência; além disso, os corredores profissionais são financeiramente recompensados, o que lhes possibilita, em casos de atletas de elite, viver economicamente apenas dessa profissão.

Portanto, a relação polissêmica que se dá entre os agentes habituais e os profissionais nos parece de natureza metonímica, sendo uma relação entre parte-todo, ou ainda de continente-conteúdo, como explicitado na figura a seguir.

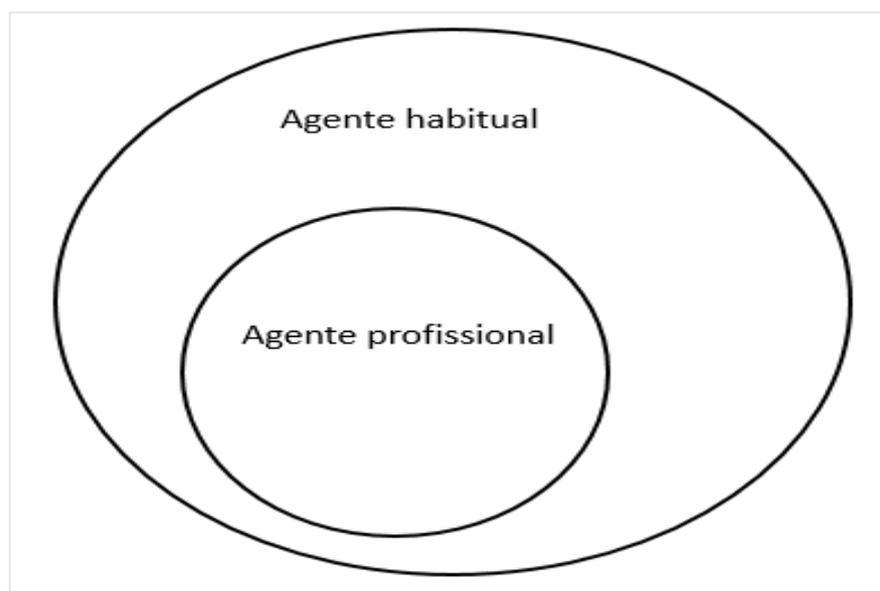


Figura 1. Metonímia entre as noções agentivas habituais e profissionais.

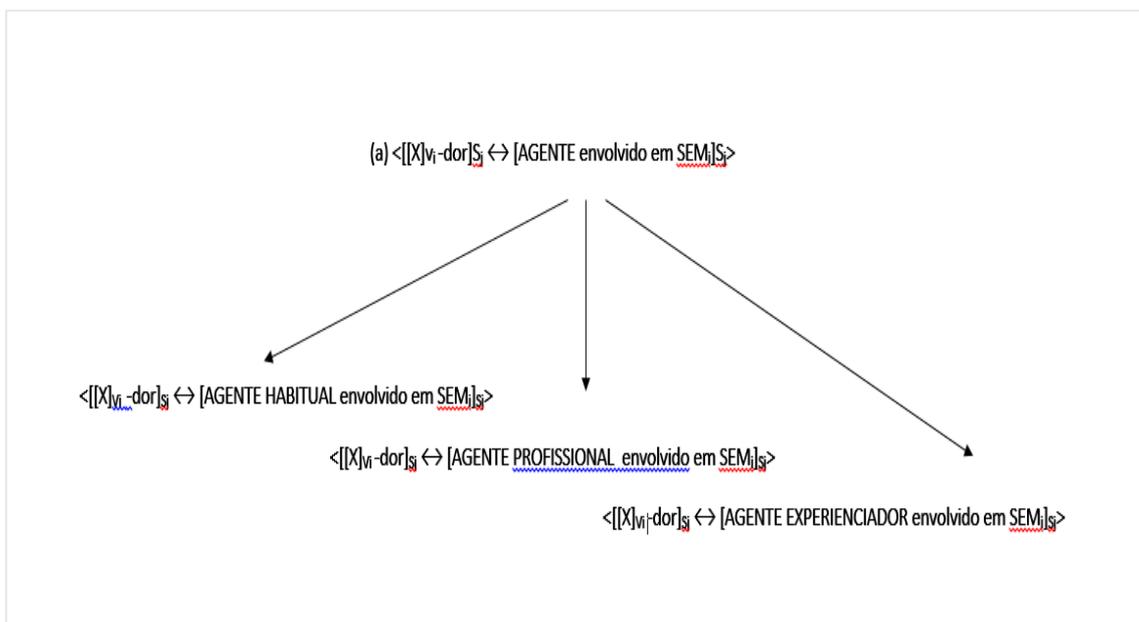
Outra observação suscitada pela análise dos dados que é importante destacar refere-se ao fato de que é necessário incluir um subsquema, relativamente produtivo, referente a agentes experienciadores. Contudo, percebemos que embora sejam nitidamente distintos dos habituais, o mesmo não se dá em relação ao sentido profissional. Bases verbais de natureza semântica existencial também licenciam a criação de agentes que atuam profissionalmente em relação ao verbo, por exemplo, temos formações do tipo: *animador (de festa)* e *passeador (de cães)*, construídas sobre bases de verbos experienciais. Ao que tudo indica, novamente, percebemos que a atribuição do caráter profissional à agentividade depende de opções de categorização desencadeadas pela

necessidade dos indivíduos inseridos em uma dada cultura, em dado momento sócio-histórico. Representando simbolicamente essa relação, teríamos, outra vez, uma polissemia desencadeada pela metonímia (parte-todo/ conteúdo/continente).



Figura 2. Metonímia entre as noções agentivas experienciais e profissionais.

Retomando a esquematização da polissemia dos agentivos em *-dor*, segundo o modelo construcional, tal qual vem sendo proposto por Booij (2010; 2012; 2014),



Quadro 4. Esquemas e subesquemas de formações X-dor.

observamos que não há como incluir a representação das relações semânticas entre subesquemas. A relação metonímica entre os sentidos habituais e profissionais e entre os sentidos experienciadores e profissionais fica completamente apagada, até mesmo perdida, na análise linguística. Assim, observamos que o modelo de esquematização/representação em hierarquização vertical proposto por Booij não dá conta, até então, dos efeitos metonímicos ou metafóricos que incidem nos subsquemas e os relacionam entre si, não apenas por compartilharem um mesmo esquema dominante, mas por terem relações horizontais, ou seja, ligarem-se uns aos outros, sob efeitos semânticos.

Por fim, ainda problematizando a aplicação da morfologia construcional aos nossos dados, vale destacar a questão da categoria do *output* (constructo). Sabemos que Booij (2010; 2014), deixa claro que esta é uma propriedade absoluta, ou seja, nunca anulável. Contudo, a flutuação categorial entre instanciações de esquemas de certos sufixos (*-dor* e *-eiro*, por exemplo) tem gerado um certo desconforto em relação a esse postulado. A flutuação afeta exclusivamente as classes de substantivos e adjetivos e, na morfologia derivacional, afeta de forma expressiva as formações agentivas. Ao longo da história dos estudos sobre as línguas, inúmeras tem sido as reflexões acerca desse fenômeno, porém, até hoje não há consenso sobre qual o tratamento adequado para as lexias que ora se posicionam como modificadores e ora como núcleo do sintagma nominal. O fato observado em nossos dados é que, na maioria dos usos aqui analisados, as instanciações são empregadas como substantivos, ou seja, ocupam a posição NSN, porém, as lexias *doctor* e *sabedor* apresentaram caráter flutuante, ocorrendo como modificador em uma e em duas passagens, respectivamente.

Concordamos com Botelho (2009) quando, a respeito de formações em *-eiro*, defende que não há uma clara distinção entre as categorias de adjetivos e substantivos, no que tange à noção de agentividade. Ela propõe que essa distinção seja proveniente de uma projeção semântico-pragmática de *figura-fundo*, assim os usos substantivos tornam *figura* o agentivo derivado, ao passo que os adjetivos o colocam como *fundo*.

Muito embora essa nos pareça uma análise bastante correta, essa compreensão não resolve a questão de qual categoria morfossintática devemos colocar na formulação dos esquemas e subesquemas, não sendo possível, segundo os pressupostos da morfologia construcional, explicitar a possibilidade de flutuação. A solução, ainda que provisória, foi tomar como referência os usos e, portanto, os dados analisados, para optar pela categorização mais recorrente, no caso, a opção é demarcar a categoria do *output* como

substantivo, refletindo o que nos informa a maioria das ocorrências. Todavia, mais uma vez, teremos um dado linguístico relevante sendo desconsiderado na descrição das construções, i.e. a possibilidade de flutuação categorial que parece atingir de maneira significativa alguns esquemas de agentividade em português. Ou seja, mais uma vez, a representação visual do esquema não é perfeita, não conseguindo refletir toda a caracterização básica da construção, que, necessariamente, deveria constar do esquema representacional. Portanto, o modelo de representação tem que passar por um aperfeiçoamento, que o faça dar conta de expor todos as propriedades (absolutas, anuláveis e variáveis) pertinentes do processo morfolexical sob análise.

O modelo de morfologia construcional de Booij (2010) oferece fundamentos essenciais para a compreensão da estruturação do léxico em termos de construção e esquemas; contudo, ainda não é suficiente para dar conta de aspectos importantes, levantados nas análises aqui desenvolvidas, como flutuação categorial do constructo e, sobretudo, das mais variadas relações semânticas que demandam especificação, como as que se dão entre bases e palavras complexas, entre esquemas e palavras complexas, entre esquemas e subesquemas, entre subesquemas e subesquemas.

Por fim, devemos também colocar aqui uma questão de ordem teórica basilar, se em linguística cognitiva as construções são compreendidas como um pareamento entre forma e conteúdo, é possível admitir que na organização do nosso léxico, em termos hierárquicos, estejam incluídas a formulação de esquemas gerais, cuja contraparte semântica não é especificada, mas sim generalizada em uma fórmula aplicável a qualquer conjunto de subesquemas? ou seja, há no conjunto de operações esquemáticas – formuladas em um certo nível de abstratização através de processos analógicos – espaço para pareamentos cuja contraparte semântica é vazia?

Enfim, uma análise ainda que preliminar de dados empíricos, aplicados a uma metodologia em construção revela que muito há de se avançar em termos de representação do que seja a língua, o léxico, a morfologia e das relações semânticas que os engendra.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. L. L. & GONÇALVES, C. A. V. Polissemia sufixal: o caso das formas X-eiro - propostas e problemas. In: XX Encontro Nacional da APL (Associação Portuguesa de Lingüística). Actas do XX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Lingüística. Lisboa: Colibri Artes Gráficas. v. 20. p. 237-246, 2005.
- ALVES, I. M. (2010) O sufixo -ete no português brasileiro contemporâneo (Le suffixe-ette dans le portugais brésilien contemporain). In: *Acta semiótica et lingvistica*. [biblionline.ufpb.br](http://www.biblionline.ufpb.br). Disponível em <http://www.biblionline.ufpb.br/ojs/index.php/actas/article/viewfile/14657/8309>. Acessado em 20 de junho de 2013.
- BOOIJ, Geert (2009). Morphological analysis [to appear in Bernd HEINE and Heiko NARROG (eds.), *The Oxford Handbook of Grammatical Analysis*. Oxford: Oxford University Press, 2009, 563-589.
- BOOIJ, Geert (2010). *Construction Morphology*. *Language and Linguistics Compass* 3/1 (2010): 1–13, 10.1111/j.1749-818x.2010.00213.x
- BOOIJ, Geert (2012). Morphology in Construction Grammar [to appear in Thomas Hoffmann and Graeme Trousdale (eds.) *The Oxford Handbook of Construction Grammar*. Oxford: Oxford University Press]
- BOOIJ, Geert (2014). *Inheritance and Construction Morphology*. Paper presented at the workshop on 'Default inheritance', University of Kentucky, Lexington KY, 21 -22 May 2014.
- BOTELHO, Laura. Uma abordagem sociocognitiva das construções agentivas em X-eiro. In: MIRANDA, Neusa Salim; SALOMÃO, Maria Margarida Martins (Orgs). *Construções do português do Brasil: da gramática ao discurso*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009, p. 178-201.
- COELHO, J. S. B. (2004). *Semântica morfolexical. Contribuições para a descrição do paradigma sufixal do português arcaico*. Dissertação de Doutorado em Letras, área de Lingüística Histórica. Universidade Federal da Bahia. 2 tomos.
- CORBIN, D. (1990) Associativité et stratification dans la représentation des mots construits. In: W.U. Dressler et al (eds). *Contemporary Morphology*. Berlin: Mouton de Gruyter.
- COSTA, M; SOLEDADE, J. Derivação sufixal: funcionamento e sentidos do sufixo -dor1 e -dor2 no português arcaico. *Crátulo*, v.6, n 1, pp. 66-71, ago. 2013.
- CUNHA, A.G. (1982). *Dicionário Etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- FARIA, Ernesto. (2003) *Dicionário latino-português*. Belo Horizonte: Garnier.

- FERREIRA, A. G. (1976). *Dicionário de latim*. Cidade do Porto: Porto.
- GONÇALVES, C. A. V. & ALMEIDA, M. L. L. Morfologia construcional: principais ideias, aplicação ao português e extensões necessárias. *Alfa* (ILCSE/UNESP), v. 56, n. 3, 2013.
- HOUAISS, A. (2001). *Dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- LENZENWEGER, Josef, et al. (2006). *História da igreja católica*. São Paulo: Loyola.
- MARINHO, M. A. F. (2004). *Questões acerca das formações X-eiro do Português do Brasil*. Dissertação de mestrado. Disponível em <http://www.nemp.com.br/index.php?option=com>, acessado em 17 de abril de 2013.
- PIZZORNO, D. M. (2010). *Polissemia da construção x-eiro: uma abordagem cognitivista*. Dissertação de mestrado. Disponível em: <http://www.nemp.com.br/index.php?option=com>. Acesso em: 17 abr. 2013.
- RIO-TORTO, Graça Maria. (1999). *Morfologia derivacional: teoria e aplicação ao português*. Porto, Porto Editora.
- RIO-TORTO, Graça Maria. (2008) Mudança genolexical: teoria e realidade In: *Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto* - Vol. 3.
- VIARO, M. E. (2006). Problemas de morfologia e semântica histórica do sufixo *-eiro*. *Estudos Linguísticos* (São Paulo), v. 35, p. 1443-1452.
- VIARO, M. E. (2008). Os sufixos *-eiro* e *-ário*: história de morfemas divergentes. In: LIMA-HERNANDES, M.C.; MARÇALO, M.J.; MICHELETTI, G.; ROSSI, V.L... (Org.). *A Língua Portuguesa no Mundo* - I Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa. São Paulo: FFLCH USP, 2008, v. 2, CD-ROM.
- VIARO, M. E. (2007). Estudo diacrônico da formação e da mudança semântica dos sufixos *-eiro/-eira* na língua portuguesa. In: MASSINI-CAGLIARI, Gladis et alii (org) *Trilhas de Mattoso Câmara e outras trilhas: fonologia, morfologia, sintaxe*. São Paulo, Cultura Acadêmica, 2007, Série Trilhas linguísticas n. 12, p. 45-84.